



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 2ª reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar

Data: 02 de Outubro de 2017

Horário: 14h25 às 15h50

PAUTA:

- ✓ Definição das pautas e agenda da Câmara;
- ✓ Outros informes.

Participantes da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Lorena Veloso, Fernando de Alcântara, Cezar Augusto e Sandra Nunes.
- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado:
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Rodrigo Cantarelli (IAB/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental:
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Maria Cecília (Poder Público), Larissa Rodrigues (Poder Público), Marília Dantas (Poder Público), Ana Patrícia Uchoa (Poder Público) Carlos Alberto (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público) e Silvino Marinho (UFRJ).

Resumo da reunião:

- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) iniciou a reunião, remetendo à pauta do dia, onde posteriormente, solicitou que Lorena Veloso (Poder Público) comentasse sobre o "I Seminário sobre a Preservação do Patrimônio Cultural no Recife", ocorrido nos dias 20 e 21 de setembro.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) expôs que o seminário foi positivo ao que se propuseram abordar e considerou que o processo de discussão foi bem sucedido. Expôs suas inquietações e os desafios a serem enfrentados pela DPPC, como, por exemplo, o de conseguir que as pessoas se sintam participantes do processo e que a população em geral desconhece o trabalho da DPPC. Referindo-se ao Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, disse que sua apresentação poderia ser feita

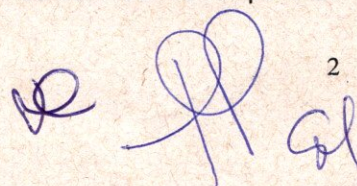
1

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 2ª reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

no Conselho da Cidade e, posteriormente, haver uma discussão nas Câmaras Técnicas, onde se colocariam as metas à frente.

- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) ressaltou a dificuldade da participação com maior intensidade, devido à questão de agenda e da participação dos conselheiros em outras Câmaras e ações. Acrescentou que a ideia da apresentação pode ser realizada na próxima reunião extraordinária.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) disse que a forma como se procedeu à discussão do Patrimônio no seminário foi muito positiva. Pensa, no próximo, verificar uma forma de inserir as perspectivas e informações.
- ✓ Rodrigo Cantarelli (IAB/PE) teceu elogios ao seminário, achando proveitoso o processo e relatou que as apresentações foram bem direcionadas.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) perguntou se, no momento do seminário, houve algum ponto que possa ser implantado no trabalho.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) crê que não há como pensar no Plano para longo prazo sem construir algo, em paralelo, com as outras Câmaras. Ressaltou que há necessidade de práticas em conjunto com outras equipes, como o ICPS, por exemplo. Reforçou a necessidade de realizarem um trabalho mais estratégico. Acha interessante trazer provocações jurídicas para a Câmara, pois existe uma parcela da população que pensa que o poder público não faz o trabalho corretamente por omissão, quando na verdade, ocorrem empecilhos jurídicos. É imperativo que certos processos sejam resolvidos de forma mais ágil, para conter as descaracterizações de imóveis, como é a situação atual de muitos IEPs.
- ✓ Marília Dantas (Poder Público) defendeu que a imputação de penalidades sobre os responsáveis pelo desvirtuamento dos IEPs poderia ser um subsídio eficiente para uma gestão do patrimônio.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) informou que há dificuldade em impor as penalidades devidas aos donos de imóveis que não cumprem as regras do IEP. Ressaltou que em muitos casos, ocorrem diversos artifícios jurídicos para atrasar ou prejudicar o processo. Ainda, que embora esteja na Constituição Federal e na Lei do Município, ocorre um embaraço para resoluções, mesmo com registro da situação.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) sugeriu que se instalasse uma agenda de discussão sobre os IEPs e ZEPs, com foco na legislação jurídica. De acordo a proposta de Marília Dantas (Poder Público), a partir dos recursos jurídicos.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) falou que poderiam ocorrer discussões mais aprofundadas na Câmara, para, posteriormente, apresentar e gerar discussões, agregando conhecimento para os conselheiros.



2

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 2ª reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) reforçou que muita coisa do Plano Diretor pode ser pautada nessa discussão.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) informou que a equipe do ICPS fez uma apresentação para equipe da SEPLAN, sobre Instrumentos Urbanísticos e, essa, poderia ser apresentada nessa Câmara. Afirmou ser proveitoso que a Câmara de Planejamento estabelecesse discussões em conjunto com a de Patrimônio, e, posteriormente, seriam verificadas como seriam as destinações dos fundos.
- ✓ Adriana Figueira (Poder Público) achou ótima a ideia do seminário, porém, observa que a equipe do DPPC é um pouco isolada, sendo interessante a aproximação entre as câmaras de Patrimônio e Planejamento.
- ✓ Tarciana Medeiros (Poder Público) informa que o regimento interno permite fazer reuniões em conjunto.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) comentou que um conselheiro sugeriu que o tema "Patrimônio" estivesse presente em todas as Câmaras Técnicas, além da oficial. Expôs a cobrança que ocorre sobre o poder público, principalmente sobre a DPPC, nas redes sociais. Ressaltou é desconhecido da população, que a DPPC não possui poder de polícia.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) sugeriu a realização de mais duas reuniões ainda este ano, onde seriam tratados os desafios e os mecanismos de gestão, bem como, os instrumentos urbanísticos, com destaque no patrimônio.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) concordou com a proposta e expôs que a população precisa ter entendimento do que ocorre nas discussões. Relatou casos que poderiam ser tratados de uma forma mais prática, evitando perdas desnecessárias, onde todos poderiam ser beneficiados.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) explicou que a TDC envolve licenciamento, finanças, planejamento urbano. Ressaltou que deve haver um instrumento que faça com que as coisas funcionem adequadamente. Focou que deve ser feito um trabalho de quanto pode ser liberado e quanto pode ser investido. Ressaltou que o TDC tem uma modelagem jurídica, mas precisa ter uma modelagem institucional.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou que já houve perdas demais e que Lei a precisa ser repensada.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) expôs que há setores que se ausentam da Câmara para evitar se indispor.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) citou o exemplo da cidade de Campinas (SP), onde a verticalização dos prédios com mais de vinte pavimentos, não tem muita adesão, pois é uma cidade plana e sem

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

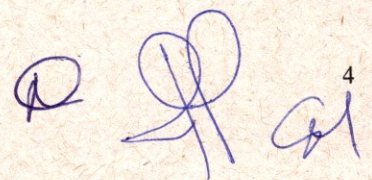
Ata da 2ª reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

muitos atrativos visuais. Ao contrário do que ocorre com Recife, que possui mar e tem rios cortando a cidade, levando muitos a quererem que seu apartamento tenha uma visão privilegiada para algum desses atrativos naturais. Ressaltou que o impacto da construção dos edifícios construídos na Rua da Aurora e nas proximidades do Quartel do Derby, já que trouxeram prejuízos visuais para os locais. Expôs que uma parcela da população acha bonita a verticalização da cidade, que eles sejam espelhados e cada vez maiores, pois na visão de muitos, verticalização é desenvolvimento.

- ✓ Silvino Marinho (UFRJ), um dos participantes da reunião, ressaltou que deve ocorrer um trabalho com a população, para que as pessoas vejam que não é não interessante ter esse tipo de empreendimento na cidade.
- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) lembrou que em gestões passadas, quando se foi trabalhada a questão da poluição visual em pontes e viadutos, fez-se uma pesquisa com a população para retirada de propagandas e materiais de comunicação colocados inequamente, porém, a população achava interessante, pois lembrava a cidade de Las Vegas e via-se aquele tipo de trabalho como desenvolvimento e crescimento. Recordou anúncios de empresas que vendiam Casa Forte como um bairro arborizado, para que as pessoas fossem morar lá, só que as mesmas empresas estavam destruindo esse verde.
- ✓ Rodrigo Cantarelli (IAB/PE) Lembrou que o mesmo ocorre na Madalena, que era vendido como um bairro seguro e hoje é um dos locais que mais ocorrem assaltos na cidade.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) Lembrou que atualmente, os recursos são todos do CDU.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou que há ações no fórum do CDU que necessitam de um trabalho mais adequado.
- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) informou que quando o Plano Diretor saiu, não tinha o conselho da cidade e na época e que as atribuições do CDU seriam o que são hoje a atribuições do Conselho gestor.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) ressaltou que a fase atual de diagnóstico, está servindo para que ocorra a sistematização de problemas e que agora é o momento de entender a forma de trabalho. Reforçou que o Plano de Preservação é o processo para que se chegue até o final e possam ocorrer contribuições de forma positiva.

Encaminhamentos:

- ✓ Realizar próxima reunião no dia 23.10, às 14h, tendo como pauta: IEPs e ZEPs – penalidades e infrações.



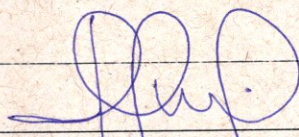
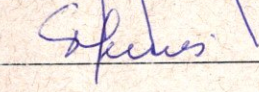
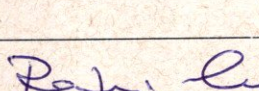
4

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 2ª reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Ficou acertado na Câmara que os debates sobre os instrumentos urbanísticos, embora tenham recorte específico sobre patrimônio, serão liderados no âmbito da Câmara de Planejamento.

Conselheiros presentes:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Lorena Veloso (Poder Público)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Sandra Nunes (Poder Público)	
Cezar Augusto (Poder Público)	
Rodrigo Cantarelli (IAB/PE)	